

AS CELEBRAÇÕES DO 13 DE MAIO NO RIO DE JANEIRO DO PÓS-ABOLIÇÃO

MORAES, Renata Figueiredo. *As Festas da Abolição no Rio de Janeiro (1888-1908)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2023. 311 p.

O 13 de maio de 1888, data em que foi extinta a escravidão no Brasil, é tema de intensos debates historiográficos e sociais nos dias de hoje. Ao longo das últimas décadas, tornou-se alvo das objeções e críticas de movimentos sociais e, em particular, do movimento negro – que, a partir da década de 1980, apontou de modo claro para as contradições e limites daquela efeméride. Nesse contexto, ficava evidente para aqueles sujeitos o caráter parcial e inacabado da liberdade então conquistada, marcando ainda hoje a experiência dos negros brasileiros. Tais críticos apontam ainda para os limites de uma memória oficial que afirma o protagonismo da família real no processo, configurado tanto pelo protagonismo atribuído à princesa Isabel, que assinou a Lei Áurea,

quanto pelo de intelectuais comprometidos com a causa, em perspectiva que tentava deixar nas sombras qualquer possibilidade de agência dos próprios escravizados. Como resultado, configurou-se um esforço de criar novos marcos de memória para celebrar a data, lutar por direitos e denunciar o racismo persistente na sociedade brasileira, o que resultou na escolha do dia 20 de novembro, instituído em homenagem a Zumbi dos Palmares, como a data representativa da resistência e protagonismo negro.

O livro da historiadora Renata Moraes reflete exatamente sobre essas tensões e disputas de memória em torno das festas em comemoração ao fim do regime escravista no Brasil, tanto no próprio momento em que ocorreu a assinatura da lei, no dia

13 de maio de 1888, quanto nos anos que se seguiram até a primeira década do século XX. Publicada em 2023, a obra é fruto da tese de doutorado defendida pela autora no Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 2012. Passados mais de dez anos entre a sua escrita e publicação, a autora atualizou referências bibliográficas e revisou de modo mais amplo o seu trabalho. Como resultado, o livro materializa um estudo original tanto pela pertinência das lutas contra o racismo e conquista de direitos historicamente negados à população negra, quanto pelos debates historiográficos marcados cada vez mais pela necessidade de incluir as discussões raciais para refletir sobre um país de passado escravista como o Brasil.

A partir de um olhar atento para essas questões, Moraes mostra como a imagem vitoriosa sobre o evento que era atacada pelo movimento negro do século XX era apenas uma das leituras possíveis sobre a data, que assumiu sentidos diferentes para grupos sociais diversos – dentre eles os próprios escravizados e seus descendentes, que trataram de comemorar a

seu jeito o 13 de Maio. Não se trata de uma mera casualidade, porém, que a autora tenha se voltado para as experiências negras no Rio de Janeiro do pós-abolição. Àquela altura, era a maior cidade escravista das Américas, além de sede do Império e das casas legislativas. Sendo assim, o lugar se tornava uma arena social de encontros entre diferentes atores sociais e de efervescência política e intelectual – um processo que ecoava em outras regiões do país.

A autora trata, assim, de historicizar o processo de transformação e consolidação de diferentes memórias forjadas para o 13 de Maio. Em suas palavras,

O olhar atento aos eventos que comemoram a Abolição na Corte, a partir da perspectiva dos estudos que os abordam na sua diversidade, ajuda a entender o processo que levou ao esvaziamento do 13 de Maio nos anos seguintes e à perda da sua força como momento de reivindicação política por parte da comunidade afrodescendente (p. 30).

Inspirada pelas concepções de história social, em particular por E. P. Thompson e Natalie Davis, cujos estudos fazem de rituais festivos específicos um meio de analisar o processo de afirmação de conflitos,

solidariedades e identidades, Moraes reconhece as festas do 13 de Maio como um “campo fértil” de reflexão.¹ Para ela, a escolha desse objeto de estudo permite tanto investigar as experiências de distintos grupos sociais em um contexto de compartilhamento de imagens sobre o evento, caso em particular dos trabalhadores negros que expressam suas próprias crenças e costumes, quanto identificar as tensões e disputas simbólicas em torno do fim da escravidão no país.

Construído através de múltiplos testemunhos históricos, em que se destacam crônicas, fotografias das festas da Abolição e cartas de leitores enviadas aos jornais, o livro é estruturado em três partes. O seu percurso tem início na primeira parte, intitulada “Uma Festa Cívica Para a Abolição”, composta por seis capítulos. Neles a historiadora realiza uma investigação minuciosa do processo de consolidação da memória tradicional sobre a Abolição, em que se destaca a ação da própria família imperial e das elites

políticas e intelectuais da cidade. Como mostra Moraes, ao celebrar a promulgação da Lei Áurea assinada pela princesa Isabel através de uma missa campal e de um desfile pelas ruas da cidade, o próprio ato de libertação dos escravos no Brasil era associado às ideias de doação benevolente e de concessão paternalista simbolizadas no evento.

Amparada por pesquisa empírica densa, Renata Moraes avança na sua investigação centrada no programa de celebração do 13 de Maio, demonstrando como os dirigentes de diferentes jornais cariocas tentaram se colocar como figuras centrais do processo abolicionista. Desse modo, eles tratavam de organizar as festas oficiais, formando a Comissão da Imprensa Fluminense. Como mostra a autora, esses sujeitos acabavam por definir o processo como um movimento dos homens de letras, cuja luta resultava no benefício desfrutado por aqueles que eram diretamente afetados pela proclamação da lei. Além disso, a historiadora complexifica a sua análise apontando para a importância do desfile cívico organizado pela própria imprensa naquele momento. Por esse motivo, destaca a presença

1 Edward Palmer Thompson, *Costumes em Comum*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998; Natalie Zemon Davies, *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

dos representantes da imprensa, junto às corporações militares e comissões escolares que desfilaram na ocasião, cuja finalidade era reunir símbolos que representassem de forma unívoca os sentidos da festa.

Afirmava-se, com isso, uma imagem homogênea e uniforme do processo materializado nos festejos oficiais da Corte através da ação unificada da imprensa. Concretizada na publicação comemorativa do periódico *Imprensa Fluminense*, diferentes jornais da capital se aliavam com o objetivo de construir certos significados e imagens sobre a celebração. Ao mesmo tempo, negavam a importância da atuação de escravos e libertos tanto no processo da Abolição quanto na celebração do evento. Como notou a autora, essa perspectiva muitas vezes acabou reiterada em estudos posteriores realizados por historiadores e cientistas sociais a partir da década de 1960 que, em geral, compreendiam o processo abolicionista como consequência dos interesses e embates internos das elites imperiais. Com efeito, nessa percepção, as comemorações da Abolição tornavam-se apenas um meio de perpetuar a dominação dos indivíduos negros alienados de sua condição.

É na contramão dessa concepção, que se apresenta a segunda parte do livro. Intitulada “A Abolição no Plural”, composta por quatro capítulos. A autora se volta para eles para a análise da celebração da festa a partir das experiências de sujeitos diversos que expressaram diferentes sentidos sobre o 13 de Maio. Ao realizar uma investigação cuidadosa, Moraes mostra como os trabalhadores e trabalhadoras, especialmente os escravizados e seus descendentes, eram sujeitos ativos de suas próprias histórias ao expressarem suas formas particulares de celebrar a festa. Destacam-se, nesse sentido, as subscrições populares que tentavam arrecadar dinheiro para comprar a pena de ouro ofertada para a princesa Isabel assinar a lei. Ficava evidente, nessa ocasião, o interesse e a importância da contribuição daqueles sujeitos ao enviarem diferentes valores e cartas para as redações dos jornais. Marcavam, com isso, seus posicionamentos e motivações variadas a partir da ideia comum de se inserir na festa como sujeitos ativos, expressando laços identitários de trabalho e moradia, em particular.

Renata Moraes analisa ainda a experiência daqueles que não queriam

ou podiam participar das celebrações oficiais nas áreas centrais da cidade, identificando outros espaços em que eram realizados eventos em comemoração à Abolição da escravidão. Ao atentar para o modo como se territorializava a festa no Rio de Janeiro, a autora aponta para a centralidade dos festejos nos subúrbios cariocas e nas zonas rurais, constituindo assim um dos pontos fortes do seu estudo. Desse modo, ela identifica diferentes locais em que eram realizadas as festas, dentre os quais se destacavam espaços públicos, associações recreativas e até mesmo as propriedades rurais em que trabalhavam aqueles que promoviam os eventos. Mais do que apontar a diversidade espacial do processo, a autora explora a análise da diversidade de lógicas e significados atribuídos às festas do 13 de Maio por aqueles sujeitos, indicando assim a importância dos batuques e jongs nesses eventos. Mostra, com isso, como as distinções sociais e étnicas eram elementos importantes das experiências desses trabalhadores para compreender as suas motivações para celebrar o 13 de Maio. Tratava-se, portanto, de um processo que expressava e construía sentidos de liberdade diversos

para eles e, ao mesmo tempo, se distanciava da memória oficial que se tentava criar para a festa.

Já na terceira parte do livro, “As Festas da Memória”, o leitor encontra os três capítulos finais. Neles, Renata Moraes avança na sua investigação sobre as comemorações do 13 de Maio em direção aos anos que se seguiram à assinatura da lei. A historiadora afirma que, em contraste com o entusiasmo de muitos cronistas e jornalistas que em 1888 realizaram um grande evento na Corte para celebrar o acontecimento, ao longo dos anos seguintes os grandes jornais cariocas se limitavam a publicar artigos melancólicos sobre o evento. Em um contexto diverso daquele em que se deu a assinatura da lei, nos primeiros anos do período republicano as autoridades se empenharam em consolidar uma memória nacional que transformava o sentido original da festa para esses homens de letras, cujo passado colonial se apresentava como o oposto à ideia de modernidade a ser alcançada. Em sentido inverso, a autora evidencia como os trabalhadores e trabalhadoras da cidade se mostravam ainda mais animados com a celebração da data. Promoviam, assim, diversas

comemorações em associações recreativas e religiosas, como os clubes dançantes e as irmandades negras. Para aqueles que tiveram suas experiências afetadas de modo particular pela proclamação da Abolição, como os próprios trabalhadores negros e seus descendentes, os festejos expressavam sentidos bem definidos. Como demonstra a autora, além de entenderem a celebração do 13 de Maio como uma data legítima para relembrar os tempos de cativo e comemorar a liberdade conquistada, esses sujeitos associavam a festa a uma concepção de liberdade que incluísse suas práticas de lazer e crenças, e que garantisse o lugar de cidadão a eles na nova República. Enquanto a imprensa fluminense não manifestava mais o mesmo interesse que em 1888, os trabalhadores e trabalhadoras negros celebravam a data com a mesma empolgação nos seus mais diversos espaços de sociabilidade. Como resultado desse processo, a historiadora demonstra como foram construídas diferentes memórias em disputa sobre a abolição da escravidão no Brasil.

O livro apresenta ainda um “Epílogo”, que finaliza a reflexão

iniciada por Renata Moraes de início. A historiadora enfatiza assim que, embora tivesse prevalecido a memória oficial em que era afirmado o protagonismo da família imperial e das elites letradas, as trabalhadoras e trabalhadores negros não aceitaram passivamente a imposição de seus sentidos e práticas, tensionando esse discurso. Desse modo, eles construíam seus próprios caminhos de luta a partir das possibilidades que lhes pareciam mais viáveis. Se, como sugeriu a autora, mais recentemente outras trilhas foram abertas através da invenção de novos marcos de memória da luta negra em que se destaca a data comemorativa em homenagem a Zumbi dos Palmares, ela nos lembra também que ambos os caminhos são igualmente legítimos.

Marcada pela análise apurada de um conjunto diversificado e vasto da documentação, a obra é uma contribuição original para os estudos de pós-abolição que problematizam as experiências negras e as relações raciais historicamente construídas na sociedade brasileira. É também um convite instigante para os pesquisadores que se interessam pela história de mulheres e homens afrodescendentes articulada aos dilemas e desafios atuais. Resta,

por fim, enaltecer a inequívoca qualidade do livro que sugere a potencialidade de novas leituras sobre as experiências desses indivíduos e de

suas próprias concepções de festa e liberdade, garantindo assim o seu lugar como uma referência importante para o campo.

Mariana Barbosa Carvalho da Costa  

Universidade Federal do Rio de Janeiro

doi: 10.9771/aa.v0i68.57657